



Anais da Assembléia

N.º 28

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1984.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruscka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Junior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tugiuo Setogutte, Wilson Fortes e Antonio Belinatti. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Temos a honra de nos dirigir a Vossa Excelência para, respeitosamente, indicarmos os Deputados da Bancada do PMDB nesta Casa, que comporão a "COMISSÃO ESPECIAL DO CANCRO CÍTRICO":

Titulares:

ORLANDO PESSUTTI

PAULO FURIATTI

Suplentes:

NELSON FIORI LUIZ MALAGUIDO

JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984

(a) NILSO SGUAREZI.

Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para os Projetos de Lei n.º 41/84 (Veda aos órgãos da Administração Pública, Fundações e Companhias de Economia Mista, a contratação de serviços de terceiros, conforme especifica); n.º 124/83 (Venda a qualquer título

de Economia Mista, nas quais o Estado seja acionista majoritário); n.º 57/83 (autoriza o Poder Executivo repassar, mediante convênio, aos municípios, o produto da arrecadação do Imposto sobre a transmissão de bens imóveis, de que trata a Lei Estadual n.º 5464/66) e para o Projeto de Resolução n.º 97/83 (Acrescenta inciso ao Art. 39 do Regimento Interno, criando a Comissão de Fiscalização das Estatais, conforme especifica).

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984

(a) ROBERTO REQUIÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 22/84 que outorga o Título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor Coronel Confúcio Pamplona.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a suspensão da Sessão Plenária de Segunda-feira, dia 30 de abril, para que sejam intensificados os trabalhos das Comissões Técnicas.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984

(aa) NILSO SGUAREZI E LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PMDB

Líder do PDS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, com base no art. 126 do Regimento Interno, REQUEREM, a juntada das Proposições n.ºs 94/84, 95/84, 40/83 e 142/83 à de número 137/83, para que sejam apreciadas em conjunto pela Comissão Especial de Reforma à Constituição.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984

(aa) NILSO SGUAREZI E LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

PROPOSIÇÕES DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSIÇÃO N.º 137/83 - Mensagem n.º 142/83 - Dá nova redação ao Art. 150 da Constituição do Estado (Junta Comercial passa à SEIC).

PROPOSIÇÃO N.º 142/83 - Autoria do Dep. Orlando Pessuti - Acrescenta inciso XIII, ao art. 138 da Constituição do Estado (Estimula criação de Casas de Estudantes).

PROPOSIÇÃO N.º 94/84 - Autoria do Dep. Rubens Bueno - Acrescenta parágrafo ao art. 72 da Constituição Estadual (Faculta ao funcionário desdobrar a licença especial em parte pecuniária).

PROPOSIÇÃO N.º 95/84 - Autoria dos Deputados Trajano Bastos, Nilso Sguarezi e Luiz Alberto de Oliveira - Dá nova redação aos artigos 29 e 30 da Constituição Estadual.

PROPOSIÇÃO N.º 40/83 - Autoria do Dep. Luiz Alberto Martins de Oliveira - Inclui inciso XVII ao art. 22 da Constituição Estadual. (Aprovar, previamente, por votação secreta, a indicação dos Diretores-Presidentes das Sociedades das Socie-

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento ontem, nesta Capital, do Dr. ADONIS BUFREM, figura de destaque nos meios sociais e empresariais paranaenses.

O extinto, que deixa viúva a Dona Maria Leony Bufrem, e os filhos Nereu, Nelson, Neuza e Nilton que juntamente com um grande número de amigos, lamentam tão irreparável perda.

Empresário bem sucedido, pessoa de coração bondoso, fiel a seus amigos e com uma preocupação incomum pelos problemas sociais que assolam nosso País, perde o Paraná, na pessoa do Dr. Adonis Bufrem, um vulto ilustre e querido que deixa uma lacuna difícil de ser preenchida no seio daqueles que com ele tiveram a honra de conviver.

Pelos motivos expostos, aprovado o presente requerimento, requeiro outrossim, seja dele dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que se registre nos Anais desta Assembléia, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ALBINO ERNESTO CHIOQUETTA, ocorrido em 07 de março, no Município de São João.

Requer ainda, que da decisão deste Plenário, dê-se ciência aos familiares, através da Presidência da Câmara de Vereadores de São João.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O extinto, além de ter sido um dos pioneiros da fundação do Município de São João, onde residia desde 1945, sempre participou ativamente da sua vida política: fundou o antigo MDB e exerceu o cargo de Vereador por duas legislaturas. Foi ainda Presidente da Diretoria da Matriz de São João, onde seus atos em favor da comunidade sempre se destacaram.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. DAGOBERTO DE AZEVEDO BUENO, ocorrido nesta cidade, na data de hoje.

O extinto era empresário, agropecuarista, tendo seu falecimento causado grande consternação nas populações de Curitiba, Marilândia do Sul e Arapongas.

Requer ainda que desta decisão seja dada ciência à família enlutada, na Rua Padre Agostinho, 946, Mercês, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, REQUER à Mesa, deliberado pelo Plenário, o encaminhamento de manifestação de pesar à família do Dr. OSCAR VIRMOND ARRUDA, advogado ilustre, de larga folha de serviços prestados

em expressivas funções públicas no Estado do Paraná, falecido a 15 de abril de 1984.

A família do extinto reside à Rua Carlos de Carvalho, 1430, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de congratulações para o Município de Rio Bom, pelo transcurso do seu 20.^o aniversário, a ocorrer no dia 28 de abril, que será comemorado com grandes festividades nos dias 21, 22, 28 e 29 do presente mês.

Requer ainda, que do presente pronunciamento, se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal, Mauro Pinto de Andrade e João C. Deziró, Presidente da Câmara Municipal de Rio Bom.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inserido em ata da presente sessão, voto de regozijo pelas comemorações alusivas ao 38.^o aniversário de emancipação política do Município de Piraí do Sul, levadas a efeito no dia 23 p. passado.

Requer ainda, que desta decisão seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal, Marcelo Zanello Milleo, e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Christovão Noel Siófi.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Supremo Tribunal Federal com o teor seguinte:

Ministro Cordeiro Guerra, DD. Presidente, Supremo Tribunal Federal.

“A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná comparece ante Vossência para apelar ao sentimento cívico dos ilustres Magistrados dessa Corte, no sentido de urgente concessão do Mandado de Segurança impetrado pela defesa aos princípios da Constituição Brasileira violados pelas medidas de emergência determinadas no Decreto Federal de n.^o 89.566, de 18 de abril de 1984, notadamente seus parágrafos segundo, terceiro e quarto, que impõem censura prévia indevida à imprensa via rádio e televisão, o que afeta o direito constitucional dos cidadãos do Estado do Paraná de receberem informações sobre fatos ocorridos na Capital Federal.

Também esta Assembléia Legislativa pleiteia de Vossência e dos ilustres Ministros dessa Augusta Corte, a declaração da citada inconstitucionalidade. Não subsistem os motivos que o autorizam, quais sejam grave perturbação de ordem ou calamidade pública. No Paraná, como de resto no Território Nacional, reina a ordem, a paz e a esperança, na reserva moral do Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI – Líder do PMDB.

Apoiamto: ANTÔNIO ANNIBELLI, RUBENS BUENO, ROBERTO REQUIÃO, EDMAR LUIZ COSTA, ADHAIL SPRENGER PASSOS, NELSON VASCONCELLOS, SABINO CAMPOS, ACIR MEZZADRI e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, expediente consubstanciado em apelo no sentido de ser executada a ligação asfáltica no Distrito de Iguaçu, ligando a Corbélia a BR-369.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1.984.

(a) FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz tendo em vista as solicitações da população de Corbélia que vem tendo inúmeras dificuldades no transporte das safras agrícolas ali produzidas. Atualmente, aquele trecho de estrada vem causando sérios transtornos para o transporte de mercadorias face a sua má conservação, o que será solucionado com a pavimentação asfáltica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, solicitando imediatas providências daquela Pasta, visando o asfaltamento da Rodovia que liga o Distrito de Marajó à BR-369, no Município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

O pedido aqui apresentado está baseado nas reivindicações da população de Marajó, Município de Nova Aurora, visando dotar aquela região, grande produtora de cereais, de rodovias com melhores condições para o escoamento das safras agrícolas ali produzidas, que inúmeras divisas canalizam para o nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governo Federal, na pessoa de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, solicitando a instalação urgente de um mecanismo permanente para a rolagem da dívida externa dos Estados através do Governo Federal, com a finalidade de se evitar os contatos diretos com os escritórios dos Bancos estrangeiros, a fim de se diminuir os custos administrativos absurdos, inclusive com "Avisos GB 588 e 030".

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1.984.

(a) NILSO SGUAREZI.

Líder do PMDB.

JUSTIFICATIVA:

No exercício financeiro de 1983, a situação cambial do País passou por estado crítico de faltas de divisas, ocasionando dificuldades no tocante ao necessário à manutenção de um perfil compatível e favorável com a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos.

Inexistindo um limite prático para operações com o setor público, em decorrência da Resolução n.º 831, houve uma súbita elevação das Comissões de Agenciamento praticadas pelos Agentes financeiros, corretores de empréstimos externos ao amparo da Lei n.º 4131, por serem esses os únicos recursos disponíveis para contratação pelo Estado, visando a rolagem da dívida. Pelo exposto, pedimos a aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação urgente do Posto de Identificação Civil na cidade de Altamira do Paraná.

Tal pedido se justifica que, Altamira do Paraná, município criado há dois anos, e por motivos desconhecidos, não conta ainda com esse importante benefício.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1.984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando seja determinado a contratação urgente de um médico para atender os serviços do Posto de Saúde na cidade de Paranapoema.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva buscar solução a um grave problema da comunidade do pequeno Município de Paranapoema. Já há muito que o Posto de Saúde daquele município não mantém um médico para atender uma população eminentemente agrícola. O único atendimento médico disponível aos trabalhadores carentes é feito através dos precários e insuficientes recursos da Prefeitura Municipal local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ BRANDT DA SILVA, Mui Digno Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando informações sobre o PROJETO GRALHA AZUL, o desenvolvimento do mesmo nas áreas municipais e os motivos que levaram a sua não implantação no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos Ministros Antônio Delfim Neto, do Planejamento; e, Ernane Galveas, da Fazenda, acompanhando o documento anexo aprovado na XXXV Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná, realizada em Curitiba, nos dias 6, 7 e 8 de abril de 1984.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Superintendente da SUREHMA – Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que sejam desenvolvidos estudos devidos visando

avaliar a possibilidade de se criar e instalar um escritório regional da SUREHMA na Municipalidade de Campo Mourão.

É sabido que a microrregião de Campo Mourão, composta por vinte municípios, é uma das mais importantes do Estado do Paraná e do Brasil, no que se refere às atividades agrícolas, havendo o plantio de vários cultivares, que tem sido, ao longo de muitos anos, o sustentáculo sócio-econômico, despertando interesse dos mais diversos setores de desenvolvimento. A cada ano é verificado claramente, o aumento dos índices de produtividade (especialmente quando das condições climáticas favoráveis) graças ao processo da utilização de novas metodologias, de plantio, tratos culturais e colheita, assim como de esforço dos que no solo buscam a extração de suas riquezas.

Em razão de tais aspectos, é imprescindível que a toda microrregião mereça cada vez mais por parte dos organismos públicos, uma ação voltada exatamente às suas reais necessidades, compatível com suas características, sociais, políticas e econômicas.

No que diz respeito à SUREHMA, é conhecido que esta Superintendência tem como objetivos claros, a adoção de medidas de interiorização visando oferecer uma elevação da qualidade e assistência técnica. Pois atualmente, no Paraná existem apenas dois escritórios regionais, sendo um na cidade de Londrina e outro no Município de Toledo, que são logicamente insuficientes para atender de forma compatível; ficando essa conjuntura comprovada quando da realização da reunião da COMCAM-Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, no último dia 17 (terça-feira), onde se encontravam um representante de cada região, acima mencionado, para esclarecer sobre suas atividades e planos referentes aos municípios associados àquela entidade.

Neste sentido, espera-se que essa Secretaria de Estado do Interior juntamente com a SUREHMA, assegurem o encaminhamento prático de medidas que possibilitem a criação e instalação de um escritório regional da referida Superintendência, uma vez que tal reivindicação vem sem dúvida alguma, de encontro aos interesses dos integrantes daquela vasta região.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação especial a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando o desenvolvimento de estudos objetivando apontar a possibilidade de se estadualizar a Escola Cenecista São Vicente, localizada na Municipalidade de Araruna.

De iniciativa do Digníssimo Senhor Ednar Melo Cavalcante, Inspetor de Ensino, merecendo Parecer favorável da Digníssima Senhora Dirce Wanderbrock, Chefe do 6.º Núcleo Regional de Ensino, conforme correspondência recebida, tal pedido vem seguramente, de encontro aos interesses também dos estudantes e pais destes, professores e funcionários daquela instituição educacional.

Atualmente, a Escola Cenecista São Vicente vem há algum tempo tendo seu funcionamento instalado no prédio da Escola Estadual Joana D'Arc - Ensino de Primeiro Grau, que pertence à rede estadual de Ensino, possuindo inclusive amplas e boas condições de funcionamento.

As dificuldades por que passa aquela escola, merecerá por certo desta Pasta, toda a atenção devida, uma vez manifestado grande interesse de seus integrantes.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a determinação do cascalhamento do trecho ligando a localidade de Vista Alegre (Roncador) à rodovia Roncador - Iretama.

Trata-se de uma reivindicação feita especialmente pelos agricultores daquela coletividade, que constantemente partem de Vista Alegre até referida rodovia, para posteriormente chegar ao Município de Roncador, onde desenvolvem suas atividades comerciais e bancárias.

Neste sentido, o cascalhamento de toda a extensão daquela estrada (cerca de 20 Km) além de trazer maior segurança aos que nela trafegam, permitirá que a mesma seja usada também nos dias de chuvas, fato que atualmente não se constata.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, quanto a informação referentes ao reaparelhamento da Delegacia de Polícia, bem como a necessidade de o Delegado residir na Municipalidade de Janiópolis.

No dia 12 de setembro do último ano, apresentei um requerimento nesta Casa, conforme iniciativa do Excelentíssimo Sr. Neurides Valber Brero, Prefeito Municipal, pedindo o reaparelhamento da Delegacia de Polícia, assim como que o Delegado passe a residir no Município de Janiópolis.

Decorridos vários meses, nada consta sobre medidas tomadas, especialmente com referência à residência do Delegado, cuja ausência de medidas faz com que aquela administração Municipal, reafirme a real necessidade de urgentemente, eliminar os problemas diversos existentes.

Portanto, a eliminação de tais transtornos e o reaparelhamento daquele organismo de segurança, virá por certo, possibilitar a elevação das condições de tranquilidade em Janiópolis, e também a própria ordem pública.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais da Assembleia, de matéria publicada no jornal "Gazeta do Povo", em edição de 24 do corrente mês, de autoria do jornalista Carlos Chagas, e com o título "Violentos e Obscenos", que retrata a atual situação pela qual atravessa o País nesses momentos que antecedem a votação da emenda "Dante de Oliveira".

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na Ata dos trabalhos desta Casa, o editorial publicado na data de hoje, no Jornal "Gazeta do Povo", intitulado "Hosanas ao óleo de Xisto", cuja cópia anexamos.

O editorial em questão, que exprime a realidade sobre a exploração do xisto pirobetuminoso em nosso Estado, deixa

bem clara a modéstia com que deve ser comemorada a notícia da extração de 650 barris diários de óleo de xisto pela Usina de São Mateus do Sul, por refletir não um grande passo para que a exploração da jazida, com sua reserva potencial de 560 milhões de barris, venha a justificar as esperanças de que possa efetivamente contribuir para a independência energética do Brasil, mas a modéstia dos resultados até hoje obtidos, pelo descaso sempre demonstrado pelos tecnocratas que dirigem este País com as coisas do Paraná.

Houvesse o Governo Federal e a sua emperrada tecnoburocracia dado ao xisto não apenas do Paraná, pois a "formação Irati", atravessa quatro Estados brasileiros, a atenção que deveria merecer em qualquer outro País do mundo, por certo nossa luta pela auto-suficiência em derivados de petróleo poderia não estar vencida, mas estaríamos, bem mais próximos dessa meta que representa a redenção do Brasil.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 91/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam criados, sem ônus para o erário, no quadro de pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, oitenta e dois cargos isolados de provimento efetivo, com a denominação e vencimentos constantes do Anexo, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º - No provimento dos cargos criados no artigo anterior serão aproveitados os funcionários estáveis do Poder Executivo, postos à disposição da Assembléia Legislativa até 30 de dezembro de 1983.

§ 1º - No aproveitamento de que trata este artigo será respeitada a igualdade de vencimento percebido na situação funcional de origem, bem como a equivalência de qualificação profissional.

§ 2º - As vantagens pessoais já adquiridas serão transpostas para nova situação funcional, mediante requerimento do funcionário, devidamente instruído.

Art. 3º - Os cargos criados no artigo 1º, desta lei, constituirão um quadro suplementar, cujos cargos serão extintos à medida que vagarem.

Art. 4º - A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa baixará ato, dispondo sobre as atribuições dos cargos criados por esta lei.

Art. 5º - Na data da publicação dos atos de provimento previsto no artigo 2º desta Lei serão automaticamente extintos os cargos ocupados, no Poder Executivo, pelos funcionários aproveitados.

Parágrafo Único - O Presidente da Assembléia fará comunicação ao Governador dos nomes dos funcionários e respectivos cargos, para efeito da declaração de extinção.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o artigo 3º, da Lei nº 7828 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Na publicação do artigo 3º, da Lei nº 7828, de 29 de dezembro de 1983, surgiram dificuldades que este Projeto procura transpor.

Pelas disposições propostas tem-se idéia precisa da natureza dessas dificuldades.

A principal delas reside na necessidade de extinguir, por lei, os cargos transpostos para este Poder, segundo exigência constitucional.

Restou, no entanto, do aludido dispositivo apuração do número exato de funcionários a serem aproveitados e, evidentemente, a autorização legislativa, além da Sanção governamental,

que se espera aproveitar em favor desta iniciativa complementar, recomendada pela técnica administrativa.

ANEXO I

CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO
Auxiliar de Administração	1	Cr\$ 77.462,00
Auxiliar de Administração	2	Cr\$ 79.862,00
Assessor Técnico Legislativo	3	Cr\$ 92.750,00
Assessor Técnico Educacional	4	Cr\$ 94.677,00
Auxiliar de Administração	5	Cr\$ 94.411,00
Auxiliar de Administração	6	Cr\$ 104.880,00
Auxiliar de Administração	6	Cr\$ 104.880,00
Auxiliar de Administração	7	Cr\$ 106.080,00
Auxiliar de Administração	8	Cr\$ 107.980,00
Auxiliar de Administração	9	Cr\$ 111.219,00
Auxiliar de Administração	10	Cr\$ 114.555,00
Auxiliar de Administração	11	Cr\$ 115.542,00
Auxiliar de Administração	12	Cr\$ 117.991,00
Auxiliar de Administração	12	Cr\$ 117.991,00
Auxiliar de Administração	12	Cr\$ 117.991,00
Auxiliar de Administração	13	Cr\$ 119.008,00
Auxiliar de Administração	14	Cr\$ 121.530,00
Assessor Técnico Legislativo	15	Cr\$ 123.666,00
Assessor Técnico Legislativo	15	Cr\$ 123.666,00
Assessor Técnico Legislativo	15	Cr\$ 123.666,00
Auxiliar de Administração	16	Cr\$ 125.175,00
Assessor Técnico Educacional	17	Cr\$ 126.236,00
Assessor Técnico Educacional	17	Cr\$ 126.236,00
Auxiliar de Administração	18	Cr\$ 128.930,00
Assessor Técnico Legislativo	19	Cr\$ 131.206,00
Assessor Técnico Legislativo	20	Cr\$ 139.187,00
Assessor Técnico Legislativo	20	Cr\$ 139.187,00
Assessor Técnico Legislativo	20	Cr\$ 139.187,00
Auxiliar de Administração	21	Cr\$ 140.158,00
Auxiliar de Administração	22	Cr\$ 142.422,00
Auxiliar de Administração	22	Cr\$ 142.422,00
Auxiliar de Administração	22	Cr\$ 142.422,00
Auxiliar de Administração	22	Cr\$ 142.422,00
Assessor Técnico Legislativo	23	Cr\$ 147.668,00
Assessor Técnico Legislativo	23	Cr\$ 147.668,00
Assessor Técnico Educacional	24	Cr\$ 150.729,00
Assessor Técnico Educacional	25	Cr\$ 155.250,00
Assessor Técnico Educacional	25	Cr\$ 155.250,00
Auxiliar de Administração	26	Cr\$ 158.289,00
Auxiliar de Administração	26	Cr\$ 158.289,00
Assessor Técnico Educacional	27	Cr\$ 159.906,00
Assessor Técnico Educacional	27	Cr\$ 159.906,00
Assessor Técnico Legislativo	28	Cr\$ 166.218,00
Assessor Técnico Educacional	29	Cr\$ 178.537,00
Assessor Técnico Legislativo	30	Cr\$ 189.621,00
Assessor Técnico Educacional	31	Cr\$ 196.068,00
Assessor Técnico Legislativo	32	Cr\$ 198.487,00
Assessor Técnico Educacional	33	Cr\$ 212.533,00
Assessor Técnico Legislativo	34	Cr\$ 225.877,00
Assessor Técnico Legislativo	35	Cr\$ 229.886,00
Médico	36	Cr\$ 236.275,00
Assessor Técnico Educacional	37	Cr\$ 237.295,00
Assessor Técnico Educacional	37	Cr\$ 237.295,00
Assessor Técnico Educacional	38	Cr\$ 251.744,00
Assessor Técnico Educacional	38	Cr\$ 251.744,00
Assessor Técnico Educacional	39	Cr\$ 259.296,00
Assessor Técnico Educacional	40	Cr\$ 267.074,00
Assessor Técnico Educacional	40	Cr\$ 267.074,00
Assessor Técnico Educacional	40	Cr\$ 267.074,00
Assessor Técnico Educacional	41	Cr\$ 275.085,00
Assessor Técnico Educacional	41	Cr\$ 275.085,00
Assessor Técnico Educacional	41	Cr\$ 275.085,00
Assessor Técnico Legislativo	42	Cr\$ 276.637,00

Assessor Técnico Administrativo	42Cr\$ 276.637,00
Assessor Técnico Administrativo	42Cr\$ 276.637,00
Assessor Técnico Legislativo	42Cr\$ 276.637,00
Assessor Técnico Administrativo	42Cr\$ 276.637,00
Assessor Técnico Legislativo	43Cr\$ 291.649,00
Assessor Técnico Educacional	44Cr\$ 291.835,00
Assessor Técnico Educacional	44Cr\$ 291.835,00
Assessor Técnico Educacional	44Cr\$ 291.835,00
Assessor Técnico Legislativo	45Cr\$ 301.166,00
Engenheiro Químico	46Cr\$ 414.018,00
Supervisor de Segurança	47Cr\$ 454.974,00
Engenheiro Civil	48Cr\$ 459.083,00

PROJETO DE LEI Nº 92/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Aos estudantes de 1º e 2º graus da rede oficial de ensino, é assegurada a organização de Grêmios Estudantis, como entidades autônomas representativas dos interesses estudantis.

Art. 2º — A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios Estudantis serão estabelecidos nos estatutos, aprovados em Assembléia Geral de Estudantes de cada estabelecimento, convocada para este fim.

PARÁGRAFO ÚNICO — É de competência das Uniões Municipais de Estudantes e da União Paranaense de Estudantes de 1º e 2º graus — UPES, o fornecimento do material necessário à função dos Grêmios, como: Estatuto Modelo, Manuais Explicativos, e outros.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Numa louvável iniciativa da União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º graus, por intermédio do seu Presidente, Sr. Valnor Stedile, visa o presente projeto de lei dar seguimento à série de mudanças de caráter participativo, de espírito democrático, que vêm sendo incrementadas no ensino, dentro do Estado.

A finalidade que se propõe alcançar com este projeto tem, entre outros, o mérito de fornecer aos estudantes de 1º e 2º graus uma certa vivência dos atuais problemas da educação, dando-lhes meios para que, dentro da própria instituição de ensino, debatam e apresentem soluções para os mesmos, resguardando interesses que são peculiares da condição do estudante.

Indubitavelmente, a discussão da conjuntura educacional, além de interessar à comunidade em geral, interessa muito mais de perto ao próprio estudante, que está trilhando um caminho até há bem pouco tempo considerado de interesse exclusivo daqueles que tiravam vantagens próprias, em detrimento da alienação dentro das escolas componentes do sistema educacional; atualmente, os resquícios de tais atividades criminosas é, ainda, bem marcante, embora a classe estudantil esteja já bem conscientizada dos novos rumos a serem traçados.

Dentro deste sistema, a atividade do estudante que possa vir a se resumir em participação, é um ponto que se soma positivamente objetivando justamente uma virada no conjunto do sistema de educação que vinha até aqui sendo preconizado. A consciência que o estudante deve ter da problemática que o envolve, será espontaneamente despertado por sua intensa vivência junto às entidades representativas dos seus interesses e legítimas aspirações.

As atividades, o funcionamento, e demais casos que naturalmente decorrerão da aprovação deste projeto no que se refere à implantação dessas entidades, serão regulados em estatuto próprio, aprovados em Assembléia Geral de Estudantes de cada instituição, o que fornecerá de antemão aos estudantes os meios democráticos para a sua atuação no âmbito da entidade.

A longo prazo, as benesses de tais atividades serão sentidas, através de cidadãos política e educacionalmente mais preparados para sentir as eventuais deficiências no sistema educacional, e capazes de apresentar propostas viáveis em substituição às mesmas.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na realidade, vivemos uma hora difícil.

A Nação brasileira, todos nós sabemos, estamos conscientes de que o momento presente é dos mais delicados. Temos certeza que todos os Srs. buscam, como eu, a melhor solução para o povo brasileiro.

Ontem, assistimos a figura ímpar do Governador mineiro, Tancredo Neves, na televisão, estabelecendo comparações entre Brizzola, Malluf, etc.

Cremos que, neste momento, não nos interessa se teremos diretas com Brizzola ou indiretas com Malluf, ou diretas com Tancredô, Ulisses Guimarães, ou indiretas com Aureliano Chaves ou mesmo com Andreazza.

Todos nós somos passíveis de erro, somos pecadores, todos nós temos os nossos defeitos. O que se deve salientar no momento é que, não obstante, Brizzola, tenha contribuído enormemente para que a Revolução ocorresse em 64; não importa que tivéssemos estado na Guanabara, como estivemos no Ministério do Trabalho, quando Amaury de Oliveira e Silva era Ministro, vendo Brizzola entrar gabinete a dentro, “dando de dedo” no Ministro, mandando no regime porque o Presidente era o seu cunhado; não importa que ele tenha saído do País cassado, banido, voltando, e o povo brasileiro, carioca, o elegeu para Governador de Guanabara.

Não importa, hoje, tenhamos um Governo Federal que tenha receio de, numa direta, Brizzola venha a ser o Presidente, como não importa que Malluf possa ser eleito indiretamente, ele ou Andreazza ou Aureliano ou outro qualquer. O que importa, isto sim, é que nós possamos nos conscientizar que assumamos um papel que nós, Deputados do PDS, os Srs. Deputados do PMDB, possamos atender de uma vez por todas, esta a pregação do PMDB, de que deveremos ter as diretas já.

Cremos, honestamente, que se esta é a vontade do povo, deveremos abraçar esta causa. Evidentemente, todos nós admitimos que, amanhã, o PDS talvez não dê quorum para votar a Emenda Dante de Oliveira, e ela será em razão disso, recusada, talvez para partir para um diálogo futuro, na Emenda Figueiredo.

Acredito que ainda há tempo para nós, os nossos Deputados Federais, somados aos Deputados da Oposição, emendarem, corrigirem a Emenda Figueiredo, reduzindo os 4 anos nela estipulados, para, quem sabe, 3, 2, ou diretas já, de imediato, como quer a Nação, como se observa nesses comícios realizados por este País afora.

O que defendemos é a tranquilidade da Nação.

Nunca vimos nos meus 33 anos de política, uma situação tão angustiante e tão grave.

A minha esposa, meus filhos, me perguntam: “Nelson o que vai acontecer?” Eu respondo: “Não sei”. É imprevisível”. As conseqüências, se nós não sabemos com a rejeição da “Dante de Oliveira”, que comportamento o povo vai ter, não sabemos também, com a aprovação da “Dante de Oliveira”, que comportamento o Governo vai ter. Não queremos ser o arauto da verdade. Não somos nós isoladamente, que vamos fazer com que este País caminhe por um caminho retilíneo um caminho de progresso, que é o que todo brasileiro quer.

O que achamos, isto sim, é que se o povo brasileiro está a reclamar as diretas já, que venham as diretas já.

Nós temos os nossos candidatos, os bons e os maus candidatos, como também o PMDB tem os bons e os maus candidatos. Se existem controvérsias, se existem discussões, desavenças em nosso Partido, existem também no PMDB. A prova é que a "Folha de São Paulo", jornal eminentemente oposicionista, na folha 2, edição de hoje, publica com o título "Tancredo, a precipitação", mostrando que Tancredo também erra. Claro, já meio esclerosado, com 75 anos, pode errar e deve errar, e talvez tivesse errado, como a "Folha" reconhece. A "Folha" critica, no seu editorial, que Tancredo avançou o sinal. Ele não podia defender uma negociação (Termina o tempo do Sr. Deputado).

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati. (Declina).

Passaremos ao Grande Expediente. Deputado Osvaldo Alenar Furtado. (Ausente).

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do espaço que lhe é reservado.

(Usará do horário o nobre Líder Nilso Sguarezi).

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) - Está com a palavra, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Antes, porém, a Presidência registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, do Vereador João Alves de Rezende, de Campo Mourão.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos requerendo a transcrição, nos Anais da Casa, do artigo do jornalista Carlos Chagas que retrata a situação nacional: estado de sítio em Brasília, ameaça de estado de sítio nos governos estaduais dirigidos pela Oposição, e o Governo propalando que quer negociação e diz, coloca muito bem o grande jornalista brasileiro, que o Governo quer, dentro de uma sala sentar-se à mesa com a Oposição negociando, enquanto lá fora, na praça de guerra, o executor das medidas de segurança, o Coronel "Nini" pintando e bordando e quem hoje assistiu, pela televisão, percebeu claramente de que não estão sendo mais geradas imagens de Brasília, ou seja, a Nação está desinformada, cerceada e nós nos perguntamos: "Isto é avançar no caminho da democratização? Será que para votarmos a Constituição que é a Carta Magna que vai traçar os novos rumos para esta Nação, precisam os parlamentares e as lideranças políticas entrarem em verdadeiro retiro cívico ao se isolarem da Nação?"

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável que nós tenhamos que retirar do descanso merecido um dos maiores brasileiros que esta História conheceu. Vamos buscar nos seus 90 anos de idade, o velho e vetusto Sobral Pinto, para com toda a sua autoridade moral, subscrever um mandado de segurança contra essas medidas de segurança, porque um dos princípios mais defendidos em qualquer democracia, é de que a Constituição não pode ser emenda durante o "estado de sítio", porque o "estado de sítio" pressupõe evidentemente, uma situação anômala, uma situação emergencial e atípica e quando em Brasília nós assistimos, nas cercanias da Capital os municípios vizinhos, moradores de Brasília que foram passar a Páscoa em outros estados brasileiros e assistimos mães e pais com crianças no colo, serem impedidas nas barreiras policiais, porque estão impedidos de voltar ao seu próprio lar, eu me pergunto, Srs. Deputados, aqueles que teimam ainda em desconhecer que os homens que aí estão no Poder, pura e simplesmente não querem largá-lo e usam a desfaçatez, a farsa, a mistificação, criam verdadeiros estados para justificarem os seus atos arbitrários e prepotentes, como muito bem levantou ontem o Senador Saturnino Braga, ao duvidar do acidente na Eletrobrás, do "black-out" como temos notícias agora de que a extrema direita passa a incendiar jornais da esquerda. Tudo isso, numa montagem pré-fabricada para tentar justificar o injustificável, porque efeti-

vamente não temos democracia no Brasil. Não só porque os ladrões não são punidos, não só porque os ladrões transitam com aviões especiais no aeroporto de Brasília, enquanto os Senadores da República e os Parlamentares federais têm que se identificar, não só por este contraste gritante e berrante de um representante do povo ter que mostrar a sua identidade, sofrer humilhações e os grandes ladrões da República imiscuídos do Governo, tem avião do Governo gratuitamente para transitarem como nababos. Não só por isso, Srs. Deputados, mas que por tudo mais que acontece nesta Nação, daqueles que não querem ver o óbvio e daqueles que não querem se submeter à vontade do povo.

Porisso estamos convocando os Srs. Deputados do Paraná, para que subscrevam conosco telex ao Supremo Tribunal Federal, para que, ao menos, a justiça - como uma reserva moral - chame a atenção daqueles que podem manusear o arbítrio hoje, por que estas medidas são contraditórias dentro do próprio texto constitucional. Porque para emendar a Constituição, não é possível fazê-lo sob um regime de estado de sítio.

E pedimos a aprovação da Assembléia para esse Telex, nos seguintes termos:

"Sr. Ministro Cordeiro Guerra - DD. Presidente do Supremo Tribunal Federal - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, comparece ante Vossa Excelência para apelar aos sentimentos cívicos dos ilustres Magistrados dessa Corte, no sentido de urgente concessão de mandado de segurança, impetrado pela defesa aos princípios da Constituição Brasileira violados pelas medidas de emergência determinadas pelo Decreto Federal - 89.566 de 18 de abril de 1984. Notadamente seus parágrafos 2.º, 3.º e 4.º, que impõem censura prévia indevida à imprensa - via rádio e televisão - o que afeta o Direito Constitucional dos cidadãos do Estado do Paraná, de receberem informações sobre fatos ocorridos na Capital Federal.

Também esta Assembléia Legislativa pleiteia de Vossa Excelência e dos ilustres Ministros desta Augusta Corte, a declaração da citada inconstitucionalidade. Não subsistem os motivos que o autorizam, quais sejam, grave perturbação da ordem ou calamidade pública. No Paraná, como de resto no território nacional, reina a ordem, a paz e a esperança na reserva moral do Supremo Tribunal Federal."

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós achamos que em momento nenhum se justificaria a censura à imprensa. Mas, agora, há o maior paradoxo possível, que o Governo criou. O Presidente João Figueiredo veio várias vezes à Televisão, tentando dizer, que em 1982 o povo votou conscientemente de que iria decidir a escolha de um Presidente da República. As estatísticas não dizem isso, as pesquisas não dizem isso, dizem que apenas 25% do eleitorado sabia, de que ao votar para Deputado, estava, na verdade, consagrando o processo da escolha de Presidente da República.

Mas, vamos aceitar o argumento do Presidente Figueiredo - Vamos aceitar - de que o PDS, realmente, conquistou o direito de indicar o próximo Presidente. Vamos aceitar este argumento e vamos recusar o argumento da maioria do eleitorado brasileiro, porque a Oposição fez oito milhões de votos a mais. Não vale a maioria, é a minoria que manda!

Vamos aceitar a minoria. Se a minoria conseguiu fazer a maioria de Delegados, e a maioria não tem direitos nesta terra, a minoria deve ter direitos; então a minoria deve ter o direito de fiscalizar os seus delegados; os homens do PDS, o eleitor do PDS tem que ter o direito reconhecido, de saber se o seu delegado, se o seu Deputado não vai trair aquilo que o Presidente disse: os homens que votaram no PDS votaram inconscientemente para escolher o seu Presidente.

Este eleitorado do PDS tem que ter o direito de poder fiscalizar os seus delegados, para ver se os seus delegados não vão trair a confiança que eles tiveram nas urnas, ou seja todos os que votaram no PDS têm o direito à livre informação, de saberem

através da televisão se os seus Deputados realmente foram lá para votar pela via indireta, para serem contra as eleições diretas.

Este é um direito. Quando se censura a imprensa, quando se sonega a informação, já que a maioria não tem razão nesta terra, é uma democracia diferente, a minoria teria que ter este direito respeitado. Para ela, minoria, cobrar realmente se o Deputado do PDS não está traindo o seu mandato e vai votar nas diretas. Porque tem gente do PDS dizendo que vai votar pró-diretas e outros dizendo, pelas indiretas.

A Oposição, todos até agora dizem que votam de um lado só. A divisão está no seio do PDS. Não se podia então negar o direito à maioria de saber qual os deputados do PDS que iriam trair a causa que o Presidente Figueiredo em vários momentos tentou justificar a Nação, de que o eleitorado votou consciente.

Ao se censurar a imprensa, na verdade então se limitou e se eliminou até os direitos da minoria. Então, Senhores, nós perguntamos: Que democracia é esta que não se reconhece o direito da maioria e nem da minoria? Nós só podemos concluir uma coisa. Que este o tipo de democracia no Brasil em que só valem os direitots do Governo; o povo está totalmente alijado; o povo só serve nas eleições para eleger delegados que lamentavelmente como o Governo quer, sejam e continuem ser vaquinhas de presépio. Porque aquele Deputado do PDS, com personalidade, com dignidade, que estão dizendo que vão votar nas diretas são via de regras convidados a comparecerem ao Palácio do Planalto.

E embora eles não digam, nós sabemos do grande esquema de coação de toda a ordem em cima daqueles Deputados para eles afluírem. Por isso Srs. Deputados, eu acho que nós, verdadeiramente no Brasil estamos ainda muito longe da democracia.

O Governo quer sentar na mesa para negociar, mas lá fora deixa o General Nini de espada em punho, de baioneta na mão, armado até os dentes como fez na exibição em Brasília ontem, no maior desfile militar que já teve o Brasil, amedrontando, coagindo, pressionando, envergonhando os nossos parlamentares e isto para o atual Governo e os que defendem a democracia.

Nós queríamos um outro tipo de democracia em que ao menos se não prevalecesse o direito da maioria, prevalecesse o direito da minoria. Mas nem o direito da minoria prevalece mais, porque o tempo do Geisel se disse de que a ditadura da minoria se exercia no Congresso.

Agora, este Governo conseguiu terminar com todos os tipos de democracia. Da maioria, da minoria e é só ele. A democracia que ele quer é para ele e não para o povo.

Muito obrigado. —(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do espaço que resta ainda.

O SR. RUBENS BUENO — O Deputado Fiori Luiz fará uso do restante do horário.

O SR. PRESIDENTE—(Werner Wanderer) Está com a palavra o Srs. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Brasil vive os seus dias mais negros, dolorosos e tristes dos últimos tempos. A Nação sente-se envergonhada diante de fatos tão absurdos. Os poderosos do Planalto querem sufocar a voz e a vez de 130 milhões de brasileiros, usando da única arma de que dispõem, a força. A força bruta, a força das armas, a força do arbítrio, já que razão eles não têm.

Em momentos assim nos vem a lembrança palavras de Miguel de Unamuno, Reitor Vitalício da Universidade de Salamanca, na Espanha, em 1936, no início da Guerra Civil Espanhola, quando o General Millan Astray invadiu a Universidade gritando: "viva a morte". Miguel de Unamuno colocou-se à frente dos estudantes e disse o seguinte ao General invasor: "Estais

esperando minhas palavras, o General me conhece muito bem e sabe que sou incapaz de permanecer em silêncio. Às vezes permanecer em silêncio equivale a mentir, porque o silêncio pode ser interpretado como aquiescência. Este é o templo da inteligência, eu sou o sumo sacerdote, estás profanando um recinto sagrado, vais vencer porque tem a força das armas, mas não convencerás. Para convencer, terá que dialogar e, para dialogar, necessitas de algo que não tens: razão e direito."

Essas palavras, passados quase cinquenta anos, se aplicam ao cenário que o País vive hoje nestes dias de emergência. A força do arbítrio cobriu esta Nação de luto; os ditadores do Planalto não perderam o costume e tentam intimidar uma Nação que, finalmente, acordou para mostrar ao mundo que chegou o momento de mudanças. Mas o povo nada representa para os ditadores do Planalto; ao povo compete pagar impostos e viver em forma subumana. Do alto de um cavalo, com espada na mão, eles contemplam o povo com desprezo e asco, como faz o Coronel Newton Cruz, ontem, em Brasília, no mais portentoso desfile de tropas que Brasília já viu.

Os brasileiros não aceitam esse Brasil de Newton Cruz; os brasileiros querem o Brasil das diretas-já. As medidas de emergência transformaram o País numa cópia chilena; Pinochet teria muito que aprender aqui nestes dias, aprender, por exemplo, como é que se prende jornalistas que apenas cumpriam uma pauta de redação, prender indefesos cidadãos que jejuavam à porta da Catedral de Brasília, aprender como é que se bloqueiam estradas, como é que se constrange uma Nação ao passar em revista todos que chegam à Capital do País, hoje transformada numa cidade proibida. Pinochet aprenderia ainda como é que se faz censura à imprensa, como é que se prende ônibus de trabalhadores que retornavam dos feriados para Brasília e, principalmente, o mecanismo de pressão contra os Deputados do PDS que pretendem votar a favor da Emenda Dante de Oliveira.

O Presidente General, finalmente, começou a trabalhar. Ao invés das viagens inúteis de turismo e do expediente de três horas por dia durante três dias por semana, resolveu dar plantão e chamar grupos de Deputados para uma "lavagem cerebral." Os que possuem personalidade e amor próprio, não mudaram de posição. Já os "invertebrados" revelaram, mais uma vez, a sua subserviência patológica e, diante dos apelos patéticos do General Presidente, mudaram de Posição.

Os poderosos do Planalto já descobriram que o povo está a um passo da conquista do seu legítimo direito de votar para Presidente, e não será a cara feia do General Newton Cruz, com suas contradições e suas reações hitlerianas, que a Nação irá se colocar de joelhos.

Não há porque pedir perdão aos poderosos. O Brasil acordou! Saiu do berço esplêndido. Está nas ruas, pacificamente organizado e consciente. Um povo que não aceita que as perspectivas de mudança sejam frustradas. E ninguém deseja o confronto. Não interessa a ninguém. Mas uma coisa precisa ficar bem clara: é hora do Governo Federal respeitar o povo brasileiro.

O povo não aceita mais as ameaças. Como respeitar ameaças daqueles que afundaram este País ao longo destes vinte anos? Que não punem os responsáveis pelos grandes escândalos financeiros? Ameaças efetivamente não resolvem. Nem mesmo ameaça do grande desfile militar, ontem em Brasília, com 8 mil soldados, numa forma de intimidar a Nação. E quem pagou as despesas do desfile, comandado pelo General Newton Cruz, "do alto do seu cavalo branco", como diz a "Folha de São Paulo"?

Quem vai pagar as despesas com a locomoção de três aviões Hércules, de transporte, usados pelos 180 paraquedistas levados do Rio de Janeiro? E os tanques blindados e tropas de guarnição, que marcharam mais de 200 quilômetros até Brasília?

Como sair do impasse? As teses de negociação, de enten-

dimento, de mandato tampão, surgem em todas as conversas. Governadores eleitos pela oposição estão recuando. Parlamentares se encolhem no ventre do medo e do pânico. Como negociar? Como ter o nível de entendimento com aqueles que estão de baioneta na mão? como negociar a consciência da Nação com aqueles que estão manchados de corrupção e de arbítrio?

Ao encerrar quero parabenizar os Deputados e Senadores do PDS que não venderam a sua consciência nem a sua alma, porque muitos vendem a mãe e, o que é pior, entregam. Parabenizar a imprensa independente, ativa, que não se intimida com ameaças dos poderosos do Planalto. E nem toda imprensa mantém esta linha de independência. Muitos, ao ouvir o bater das botas, se colocam de cócoras, traindo os anseios da Nação.

Aos que mostram coragem, neste momento transmito a nossa solidariedade e nossa fé. Fé que brota do povo, na esperança de dias melhores. Que o exemplo dado pela Nação sirva de alento e coragem para todos nós, Parlamentares. Se o povo perdeu o medo, como é que nós, meros representantes deste povo, podemos recuar e nos amedrontar? Sem revanchismo. Só queremos um direito, que é nosso, o de votar no futuro Presidente desta República.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. —(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE —(Werner Wanderer) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Por oito minutos, o Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE —(Werner Wanderer)— Está com a palavra o Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Pequeno Expediente, quando encerrava o nosso horário, eu fazia menção a um editorial da "Folha de São Paulo", quando esse jornal critica o Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, pelo fato dele estar tentando uma negociação antes do julgamento que o Congresso daria à Emenda Dante de Oliveira, como se ela já estivesse rejeitada, sepultada e portanto ele já partiu para negociação com o Governo, tentando modificar, examinar a Emenda do Presidente Figueiredo.

Críticas também o editorial faz ao Sr. Affonso Alves de Camargo Neto, Secretário Geral do PMDB, por ter intempestivamente conversado com o General Ludwig, da Casa Militar, comprometendo a homogeneidade do seu partido.

Mas não foi esta a razão pela qual nós viemos à tribuna mostrar a nossa preocupação, o que dissemos e queremos enfatizar, nestes poucos minutos que a Liderança nos concede, Horário da Liderança do PDS, do nosso partido, é mostrarmos o nosso sentimento de alta preocupação, é mostrarmos a nossa intranquilidade, que predomina, que reina nos quatro cantos do nosso abençoado Brasil, e eu que outrora entendia que a Indireta era a melhor solução, eu que sempre manifestei simpatias pela candidatura do Sr. Paulo Malluf, eu entendo que para pacificar a família brasileira não resta outra alternativa a não ser concordarmos com o que grande maioria do povo brasileiro tem demonstrado nestas passeatas, nestes comícios, concordamos com as Diretas-Já.

Se o brasileiro entende ser capaz, como realmente ele é, para uma eleição democrática escolher o seu governante, ele que fique com esta atribuição, ele que fique com esta prerrogativa, realmente o brasileiro é capaz, saberá escolher, que escolha Brizola, Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Aureliano Chaves, Malluf, Andreazza, não nos importa, o que importa, acima de tudo e sobretudo, é encontrarmos uma solução para a maior crise da história brasileira, é essa que aí está.

Muito obrigado. —(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE —(Werner Wanderer) — Está com a palavra o Sr. Deputado Jorge Maia Filho, no Horário da Liderança

do PDS.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na realidade nós teríamos muitos assuntos a abordar na Sessão de hoje. Primeiramente, não queremos de forma alguma entrar no mérito do discurso do ilustre Deputado Fiori Luiz, mas nós achamos que desde que o Partido da Oposição tem empregado a democracia, tem empregado a liberdade de fala, tem empregado a liberdade de imprensa. seria muito injusto e oportuno que o Deputado que há pouco ocupou tribuna, no Horário da Liderança do PMDB, quando se referiu em certo trecho do seu discurso, lançando ao ar uma pergunta.

Quem pagava as despesas dos dez mil homens desfilando em Brasília, quem pagava a despesa dos aviões Hércules que transportaram os militares? Seria oportuno e justo que concluísse o Deputado Fiori Luiz, com mais perguntas afirmativas. Quem tem pago a organização e as feitura dos discursos e dos comícios das pró-diretas? Quem tem pago aos artistas que têm participado deste movimento? Quem tem pago aos prefeitos, aos deputados estaduais, aos vereadores, as caravanas que se dirigem a Brasília? Seria justo que o mesmo perguntasse isso também em seu discurso. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na realidade, o assunto que me traz à tribuna hoje, é um assunto bastante polêmico, bastante discutido e até hoje não resolvido, nem dado uma resposta satisfatória, aos parlamentares. É justamente sobre o tratamento discriminatório, que o Sr. Governador do Estado, tem dado aos municípios do PDS. (Lê):

"Reiteradas vezes temos denunciado que o governo revanchista de José Kalil Richa tem tratado de forma discriminatória os municípios cujos Prefeitos são do PDS, dando-lhes as migalhas daquilo que os vorazes peemedebistas desprezam.

Manipulando números e informações, o Sr. Governador tem negado esta condenável atitude. Para tanto foram elaboradas tabelas que, enganosamente, poderiam indicar certo equilíbrio na distribuição de recursos. Ocorre que os que constam desses demonstrativos são referentes a transferências legais, tais como a cota parte do ICM que, graças à legislação existente, estão imunes às intervenções e aos desmandos de governos revanchistas.

Este governo que aí está se assemelha em muito a sistemas políticos de certos países onde somente em partido pode existir e onde só têm direitos aqueles que pertencem ao partido do governo. Isto é certamente a DEMOCRACIA que o Sr. José Kalil Richa deseja para o Paraná, onde governa, e para o Brasil que critica.

Não é favor, e portanto não é indicador de imparcialidade, a distribuição aos municípios de cota que legalmente lhes pertence no ICM, por ter sido gerado por sua população.

Seria indicador de imparcialidade a distribuição equânime de recursos cuja repartição e destinação dependem do arbítrio do governo e, em última análise, do governador.

Siga o Sr. Richa o exemplo do Governo Federal que tendo no Paraná:

- um governador que o ataca arraigadamente;
- um governador que persegue pessoas e municípios que não são do PMDB;
- um governador que, para justificar sua preguiçosa inércia e comprovada incapacidade, atribui todo o malogro e estagnação de sua administração ao contexto nacional e à deficiência do Governo Federal e mesmo assim, entendendo que neste Estado vivem brasileiros, sejam eles de que partido forem, trata o Estado e seu governador oposicionista com critérios de imparcialidade.

Evidências do que afirmamos podem ser constatadas nos atos que dependem exclusivamente das decisões do Poder Executivo, como por exemplo:

- manutenção e ampliação dos convênios que importam em transferência de recursos com a administração direta (tabela 4.3.5. pág. 372 da mensagem à Assembléia Legislativa);
- idem dos convênios com a administração indireta;
- empréstimos da União, junto ao Banco Mundial no valor de 52,5 milhões de dólares, para ser repassado ao Paraná, visando o financiamento do PRAM, que é o maior programa deste governo.

E o que faz o Sr. Kalil Richa, quando decide sobre auxílio aos municípios de nosso Estado?

- benefícios só para aqueles que estão na mão do PMDB;
- migalhas para os que estão sob governos do PDS, como se lá vivessem enteados e não filhos legítimos do Paraná.

E que não venham negar nossas afirmações. Pois, neste momento, perguntamos: "por que ainda não foram prestadas as informações detalhadas que sobre o assunto solicitou o Deputado Werner Wanderer, em 21 de dezembro de 1983? Será porque comprovam o tratamento discricionário que vimos denunciando?"

O fato se constata quando nos deparamos com o volume de recursos de Assistência Social, distribuídos pela Governadoria, de julho a dezembro de 1983. De um total de Cr\$ 78,8 milhões distribuídos, aos municípios do PMDB foram destinados 93,4% equivalente a Cr\$ 73,7 milhões; e aos do PDS, a migalha de 6,5% (Cr\$ 5,2 milhões).

Tendo o PDS 138 municípios, isto é 44,7% do total, se a distribuição fosse equânime, a eles caberiam Cr\$ 35,2 milhões. O que fizeram com os Cr\$ 30,0 milhões faltantes? Foram discricionariamente escamoteados e destinados aos filhos diletos.

Segundo este Governador que aí está, nos municípios governados pelo PDS, não vivem filhos do Paraná, vivem, isto sim, enteados espúrios.

Continuaremos denunciando até que o Governador se tome de vergonha e trate a todos com igualdade."

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe resta. (Declina). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial do Cancro Cítrico.— À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 130/82, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná a Frei Miguel Maria Botaccin.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 130/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, a Frei MIGUEL MARIA BOTACCIN.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 83/83, que regula a posse no exercício de Cargos, Empregos ou Funções da Administração Direta e Indireta do Governo Estadual para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior e dá outras providências.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 69).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 189/83, que denomina "MOACIR JÚLIO SILVESTRI" a Rodovia PR 170, que liga o Município de Guarapuava ao Município de Pinhão (Foz do Rio D'Areia).— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 118).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 299/83, que veda aos órgãos da Administração Centralizada e Autárquica, bem como Fundações do Estado, contratação de mão-de-obra de terceiros, para os serviços de carga e descarga, os quais deverão ser executados por trabalhadores sindicalizados, e dá outras providências.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 132).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 234/83, que denomina "PROFESSOR JOSÉ GOMES DO AMARAL" Escola de 1.º Grau do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, no Município de Ponta Grossa.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 133).

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 238/83, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BIBLIOTECÁRIA DO PARANÁ — ABPR", com sede e foro nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239/83, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRESBITERIANA DE PONTA GROSSA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240/83, de autoria do Deputado HERMAS BRANDAO, que dispõe sobre a criação do Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, no Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 242/83, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor NILSON DO AMARAL FANINI. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 253/83, de autoria dos Deputados CAÍTO QUINTANA e MÁRIO PEREIRA, que concede "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ", ao Maestro GIUSEPPE BERTOLLO. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 98/83, (Mensagem n.º 119/83, e-Proposição n.º 111/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo n.º 01, de 06 de setembro de 1983, ao Convênio celebrado em 13/06/83, entre o Estado do Paraná e o Município de Umuarama, através da

Secretaria do Interior, objetivando execução de Obras de Controle da Erosão Urbana, no citado Município.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/83, (Mensagem n.º 116/83, ex-Proposição n.º 112/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para a recuperação de estradas.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 125/83, (Mensagem n.º 151/83, ex-Proposição n.º 138/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios em 20/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da "COMEC".— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 133/83, (Mensagem n.º 149/83, ex-Proposição n.º 136/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/83, de autoria do Deputado PÉRICLES PACHECO, que declara de utilidade pública, a augusta e respeitável LOJA MAÇÔNICA N.º 1284 "O DIREITO HUMANO", desta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Anexo Projeto de Lei n.º 119/83, de autoria do Deputado Erondy Silvério, com o mesmo objetivo). EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 28/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 67/84), objetivando conceder ao ex-Funcionário Público Estadual João Roque Dallabona, pensão mensal de valor equivalente a um salário-mínimo regional. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre este Projeto, Emenda Substitutiva ao artigo 2.º, de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

Ok.
Sylvano.
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI N.º 28/84

O Ar. 2.º, do Projeto de Lei n.º 28/84, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1.984, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

Apoio: Tuguio Setogutte, Basílio Zanusso, Luiz Alberto Oliveira e Jorge Maia Filho.

Em votação o Projeto.— Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda.— Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 01/84,

de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 02/84), visando regulamentar norma contida no Art. 37, Inciso VIII, da Lei Complementar n.º 40, de 14/12/81 e dá outras providências. (LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 01/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A gratificação adicional de que trata o art. 37, inciso VIII, da Lei Complementar Federal n.º 40, de 14 de dezembro de 1981, em relação aos membros do Ministério Público de qualquer instância, será calculada sobre o vencimento percebido mais a representação, nos percentuais de cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco, respectivamente, por quinquênio de serviço, neste compreendido o tempo de exercício da advocacia, até o máximo de quinze anos, e observada a garantia constitucional da irredutibilidade.

Art. 2.º — A despesa decorrente da aplicação desta lei correrá à conta da dotação constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Os efeitos financeiros decorrentes desta lei são devidos a partir de 1.º de janeiro de 1984.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de fevereiro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 01/84

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 02/84, o projeto de lei em questão objetiva regulamentar a norma contida no Art. 37, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 40, de 14 de dezembro de 1.981 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).

A matéria em exame encontra amparo no disposto no art. 57, inciso XI, da Constituição Estadual, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional n.º 16, de 29 de junho de 1983, não havendo, quanto a este aspecto qualquer óbice de natureza constitucional ou legal que se lhe possa antepor.

Tratando-se de projeto que vem atender as mais justas aspirações da laboriosa classe dos membros do Ministério Público, que tanto de si tem dado na defesa dos mais elevados interesses da administração e da sociedade paranaense, não vemos, ainda, quanto à oportunidade, qualquer impedimento à sua aprovação

Somos levados, portanto, a opinar favoravelmente.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;

HERMAS BRANDÃO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 01/84

PARECER

De autoria do Poder Executivo, tem o presente projeto de lei por objetivo regulamentar norma contida no artigo n.º 37, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 40, de 14 de dezembro de 1981 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).

Sobre a matéria houve parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando sobre seu aspecto legal e constitucional.

Quanto a esta Comissão, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro da proposição, temos que o presente projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05 de abril de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/84

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental nº 2/84, o Projeto de Lei Complementar nº 01/84, objetiva regulamentar o cálculo da gratificação adicional de que trata o art. 37, inciso VIII, da Lei Complementar Federal nº 40, de 14 de dezembro de 1981, que beneficia os membros do Ministério Público.

O projeto vem tramitando normalmente por esta Casa, tendo sido apreciado favoravelmente pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Tratando-se de matéria que, tão somente, regulamenta a aplicação no Estado de dispositivo estatuído por legislação federal e não existindo qualquer impedimento de natureza legal ou constitucional, conforme se constata do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, somos levados a opinar favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Oscar Virmond Arruda, ocorrido no dia 15 de abril do corrente ano.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dogoberto de Azevedo Bueno, ocorrido no dia 24 de abril do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Ernesto Chioquetta, ocorrido no dia 07 de março do corrente ano, no Município de São João.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 38.º aniversário de emancipação política do Município de Piraí do Sul.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Naeli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 22/84, que outorga o título de Cidadão Honorário ao Sr. Coronel Confúcio Pamplona.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a juntada das Proposições nºs 94/84, 95/84, 40/83 e 142/83 à de nº 137/83, para que sejam apreciadas em conjunto pela Comissão Especial de Reforma à Constituição.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando regime de urgência

para os Projetos de Lei nºs 41/84, 124/83 e 57/83, bem como para o Projeto de Resolução nº 97/83.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Naeli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica no Distrito de Iguatu, ligando Corbélia à BR-369.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líderes do PMDB e PDS, respectivamente, constante do expediente, solicitando a suspensão da Sessão Plenária de segunda-feira, dia 30 (trinta) de abril, para que sejam intensificados os trabalhos das Comissões Técnicas.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo a instalação de um mecanismo permanente para a rolagem da dívida externa dos Estados, através do Governo Federal.— Em votação. **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e vai proceder à verificação de votação.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Questão de ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

32 Srs. Deputados responderam a chamada.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

(É procedida a verificação de votação).

32 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário do Município de Rio Bom.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada no jornal "Gazeta do Povo", intitulada "Violentos e Obscenos".— Encerrada a discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

24 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento do trecho ligando a localidade de Vista Alegre (Roncador) à rodovia

via Roncador-Iretama.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações quanto ao reaparelhamento da Delegacia de Polícia, bem como a necessidade do Delegado residir no Município de Janiópolis.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a estadualização da Escola Cenecista São Vicente, no Município de Araruna.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação do Posto de Identificação Civil no Município de Altamira do Paraná.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a criação e instalação de um escritório regional daquela Superintendência no Município de Campo Mourão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a contratação de um médico para atender os serviços do Posto de Saúde do Município de Paranaipoema.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia que liga o Distrito de Marajó à BR-369, no Município de Nova Aurora.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento e da Fazenda, acompanhando o documento aprovado na XXXV Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná, realizada nesta Capital.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo informações quanto ao motivo do não desenvolvimento, bem como a não implantação do Projeto Gralha Azul, no Município de Marechal Cândido Rondon.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e do Comércio, encarecendo informações quanto ao Programa Paranaense de Microdestilarias de Alcool.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Adonis Bufren, ocorrido no dia 23 de abril do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no Jornal "Gazeta do Povo", intitulado "Hosanas ao óleo do Xisto".— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguare-

zi, Adhail Sprenger Passos, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, encarecendo concessão do Mandado de Segurança, impetrado pela defesa aos princípios da Constituição Brasileira violados pelas medidas de emergência determinadas no Decreto Federal de nº 89.566 — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações quanto a gastos com publicidade do Governo do Estado, no jornal "O Globo".— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar nº 76/83 e dos Projetos de Lei nºs 26/83, 52/83 e 126/83; dos Projetos de Resolução nºs 99/83 e 100/83
3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 73/83 e 28/84

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 01/84.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 01/84 e do Projeto de Lei nº 78/84

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 10ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatro dias do mês de abril, do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, com a presença dos Senhores Deputados: Nelson Buffara, Rubens Bueno, Fiori Luiz, Tércio Albuquerque e Osvaldo Alencar Furtado, conforme convocação feita pelo Senhor Deputado Nelson Buffara, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, na Sala da Presidência, anexo ao Plenário, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Assumiu a Presidência, o Senhor Deputado Nelson Buffara, na forma regimental, de acordo com o art. 40, parágrafo único, do Regimento Interno, declarando instalada a Comissão, anunciando eleito, por aclamação, o Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado para ocupar a Presidência no decorrer desta Sessão Legislativa, e por indicação também, unânime, foi eleito Vice-Presidente o Senhor Deputado Nelson Buffara. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado agradeceu ao Membros da Comissão a confiança nele depositada, prometendo exercer o cargo com honestidade, justiça e bastante trabalho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente

ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, pelos Membros da Comissão presentes, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária de Comissão.

(aa) OSVALDO ALENCAR FURTADO

Presidente

Rita Soares Bertoli — Secretária

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 10ª LEGISLATURA

ATA NA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se ordinariamente, a Comissão de Recursos Humanos, na Sala da Presidência do Plenário, sob a Presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruei e com a presença dos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos, Gabriel Manoel, Edgard Pimentel e Acir Mezzadri, Membros efetivos desta Comissão. Com a presença de número legal, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, passando-se em seguida à leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observação. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foram relatados os PROJETO DE LEI Nº 01/84 — de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 02/84. Anteprojeto de Lei, visando regulamentar norma contida no art. 37, inciso VIII, da Lei Complementar nº 40, de 14.12.81, e dá outras

providências. (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público). Relator Deputado Odeni Mongruei. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 04/84 — de autoria da Deputada Amélia Hruschka, Autoriza o Poder Executivo estabelecer normas e critérios visando a contratação de menores pertencentes às Guardas-Mirins existentes no Estado, e dá outras providências. Relator Deputado Odeni Mongruei. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 31/84 — de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 84/84. Anteprojeto de Lei, objetivando fazer constar na Estrutura da Procuradoria Geral da Justiça, as unidades de nível de atuação instrumental de que trata o inciso IV, do art. 12, da Lei nº 6636, de 29.11.74 na forma que especifica, e dá outras providências. Relator Deputado Odeni Mongruei. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros e por mim, Diva do Valle Cavalcanti, Secretária de Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ODENI MONGRUEI

Presidente

Diva do Valle Cavalcanti

Secretária